



Governadores ignoram decreto de Bolsonaro sobre reabertura de salões e academias

No dia em que o Brasil atingiu a marca de quase 12 mil mortos pelo coronavírus, o presidente Jair Bolsonaro publicou, nesta segunda-feira 11, um decreto classificando academias, salões de beleza e babearias como serviços essenciais. A medida, no entanto, será ignorada por alguns governadores.

O governador do Ceará, Camilo Santana, publicou em suas redes sociais dizendo que o ato em nada altera o atual decreto estadual em vigor no Ceará e citou a decisão do STF para justificar sua

decisão. A Suprema Corte havia decidido no mês passado que cabo aos estados e municípios a decisão sobre isolamento social.

Flávio Dino (PC do B), do Maranhão, disse que “nada muda até o dia 20”.

Na Bahia, Rui Costa (PT) afirmou que vai ignorar as novas diretrizes do Governo Federal. “Manteremos nosso padrão de trabalho e responsabilidade. O objetivo é salvar vidas. Não iremos nos afastar disso”.

Carta Capital

PLP 39/2020: de onde sairá a ajuda aos estados e municípios?

Uma Emenda Constitucional (EC) 95/16, do teto dos gastos, que congela investimentos públicos em todo o Brasil. Esse será o efeito perverso do PLP 39/20, aprovado por Câmara e Senado na semana retrasada para fornecer auxílio emergencial a estados e municípios durante o período de calamidade pública e enfrentamento da pandemia do novo coronavírus no Brasil. A proposta sofreu um revés e com interferência de Paulo Guedes e do governo Bolsonaro junto ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre, o texto exige contrapartidas dos servidores e serviços públicos e engessa o setor até pelo menos dezembro de 2021.

No artigo, o secretário de Assuntos Jurídicos, Parlamentares e de Classes da Condsef/Fenadsef, Edison Cardoni, destrincha e esclarece pontos do PLP 39/20 que afetam todo Estado brasileiro em troca de uma ajuda financeira que, especialistas alertam, será insuficiente para auxiliar estados e municípios. Na prática, a proposta não só retira direitos de servidores públicos e impõe um arrocho salarial, já que a maioria está com salários congelados há mais de três anos, como afeta toda sociedade. A política de austeridade ultraneoliberal conduzida pelo governo Bolsonaro é um entrave para o enfrentamento da pandemia e será desastrosa no cenário pós-pandemia, é também o que asseguram especialistas.

O artigo de Cardoni resume intervenções feitas representando a Condsef/Fenadsef em live organizada pelo Fonasefe na última sexta-feira, 8.

Confira a íntegra do artigo: **PLP 39/2020: de onde sairá a ajuda aos estados e municípios? Bolsonaro-Guedes-Maia-Alcolumbre querem tirar dos serviços públicos Condsef/Fenadsef**

TRABALHADOR SINDICALIZADO É TRABALHADOR PROTEGIDO

Sua contribuição sindical é que garante as lutas nas ruas, no Congresso e nos tribunais.

Fortaleça seu sindicato e garanta seus direitos.

SINDSEP
RADIO WEB

Você 24 horas antenado no que acontece no mundo!

Nossas notícias, convocações, avisos, campanhas e muito mais escutando suas músicas preferidas.

BAIXE NOSSO APP no Google play



Brasil anda a passos largos de volta ao Mapa da Fome, alerta ONU

A inexistência de uma agenda de políticas públicas por parte do governo federal para conter o avanço da pandemia do coronavírus no Brasil torna praticamente inevitável a escalada de propagação da doença pelos próximos meses, com resultados catastróficos para as populações socialmente mais vulneráveis. O Banco Mundial prevê que a crise pode empurrar para a pobreza extrema mais de 5,5 milhões de brasileiros neste ano, levando o país a entrar novamente no radar do Mapa da Fome das Nações Unidas. A avaliação é do diretor do escritório no Brasil do Programa Mundial de Alimentos (WFP, na sigla em inglês), Daniel Balaban.

“O país está hoje com um número muito de alto pessoas em extrema pobreza, que ganham menos de US\$ 1,90 por dia – o equivalente a R\$ 11. São 9,3 milhões, segundo dados de 2018”, afirmou Balaban, em entrevista ao jornal ‘O Estado de S. Paulo’. “O Brasil saiu do Mapa da Fome em 2014. Agora, está caminhando a passos largos para voltar”, avaliou, citando os dados do relatório do Banco Mundial. Balaban criticou a atuação do governo do presidente Jair Bolsonaro no combate ao coronavírus.

Brasil saiu do Mapa da Fome no governo Dilma

O Brasil deixou o Mapa da Fome durante o primeiro mandato da ex-presidenta Dilma Rousseff, em 2014. À época, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) divulgou um relatório com dados do estado da segurança alimentar no mundo, no qual as políticas públicas do país mereceram destaque especial. A agência dirigida em Roma pelo criador do Fome Zero, José Graziano da Silva, constatou que a fome no Brasil havia caído 82% entre 2002 e 2013.

Graças às ações e programas implementados primeiramente na gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, depois, aprofundados

por Dilma Rousseff, o Indicador de Prevalência de Subalimentação, instrumento empregado pela FAO há mais de cinco décadas para avaliar o estado da segurança alimentar no mundo, ficou abaixo de 5%. O limite é estabelecido como parâmetro para que um país entre ou deixe o Mapa da Fome.

“Sair do Mapa da Fome é um fato histórico para o país”, comemorou a então ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello. “A fome, que persistiu durante séculos no Brasil, deixou de ser um problema estrutural”, afirmou. Naquele ano, a subnutrição passou a ser tratada como um problema isolado. “Chegamos a um percentual de 1,7% de subalimentados no Brasil. Isso significa que 98,3% da população brasileira tem acesso a alimentos e tem segurança alimentar”, observou Campello. “É uma grande vitória.”

Pela primeira vez, um governo integrou programas e articulou cadeias de ações e medidas para combater a pobreza em várias frentes. Em pouco mais de uma década, foram gerados 21 milhões de empregos, com crescimento real do salário mínimo de 71,5%, um aumento inédito na renda dos mais pobres. O programa Bolsa Família atendeu mais de 14 milhões de famílias. Já o Merenda Escolar disponibilizou refeições a mais de 43 milhões de crianças e jovens. Em uma década, a ingestão de calorias para a população cresceu mais de 10%.

Extinção do Consea

O governo viabilizou ainda a participação efetiva da sociedade civil na formulação de políticas públicas ao recriar, em 2003, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), instrumento de diálogo, transparência e governança. Por meio de uma ampla e democrática discussão com organizações sociais, o governo definiu as diretrizes do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

No início de 2019, em uma inequívoca demonstração da linha anti-

democrática que daria o tom de seu governo, o presidente Jair Bolsonaro extinguiu o Consea. O fim do conselho, um ato de desprezo pelo diálogo entre os diferentes atores da sociedade civil, foi lamentado pelo diretor do Programa Mundial de Alimentos.

“[O Consea] foi extremamente importante. Muitas políticas concebidas a partir do início do século 21 foram aperfeiçoadas através desse conselho. O governo não é obrigado a seguir, se não concordar. O Brasil criou o Consea e hoje vários países do mundo têm conselhos criados com base nele”, observou Daniel Balaban ao ‘Estado de S. Paulo’.

Pequeno agricultor

Em entrevista concedida ao programa Canal Agroviz, o diretor do órgão a ONU também reivindicou o fortalecimento do pequeno agricultor, severamente atingido pela crise e pela falta de políticas públicas. O Programa de Aquisição de Alimentos, que já teve orçamento de R\$ 1,2 bilhão, hoje não passa de R\$ 100 milhões. “O pequeno agricultor familiar é responsável por toda a nossa alimentação. Não é possível que fiquem sofrendo os reveses de uma crise, eles são a base da sustenção de um país como o Brasil”, afirmou Balaban.

O diretor do órgão da ONU defendeu ainda uma reestruturação social e econômica dos governos. “Vamos precisar de uma economia mais participativa, na qual todos caibam nesse processo. Temos um problema mundial fortíssimo, chamado concentração de renda”, avaliou Balaban. “O mundo precisa desconcentrar”, opinou o diretor, referindo-se à parcela 1% mais rica da população, notadamente banqueiros e proprietários de grandes fortunas. “As crises vêm para que possamos aprender. Sairemos mais fortalecidos, e o mundo será mais justo e mais equânime depois que tudo isso acabar”.

Escrito por: Agência PT